

X Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política
Ciência Política e a Política: Memória e Futuro

Belo Horizonte, de 30 de agosto a 2 de setembro de 2016.

Área Temática: Pensamento Político Brasileiro

NACIONALIZAÇÃO DO MARXISMO E RELAÇÃO
ENTRE TEORIA E PRÁTICA EM FERNANDO
HENRIQUE CARDOSO (1960-1973)

Autor: RODRIGO SANTAELLA GONÇALVES

Docente no Instituto Federal do Ceará – Campus Crateús

Doutorando em Ciência Política na Universidade de São Paulo

E-mail: rodrigo.santaella@ifce.edu.br

Resumo

Pensar o marxismo nos termos da relação estabelecida entre teoria e prática é necessário para compreender sua capacidade de dar conta dos desafios a que se propõe. Nas sociedades de matriz histórica diferente da europeia, coloca-se um problema anterior: é possível conceber “marxismo”, se compreendido como uma teoria interpretativa e transformadora da realidade, em sociedades completamente diferentes daquela para e na qual ele foi forjado originalmente? A pesquisa da qual este artigo é parte dialoga com essa dupla problemática acerca das condições de existência e das necessidades de adaptação ou ‘tradução’ do marxismo para contextos diferentes, mais especificamente a América Latina, e a relação entre teoria e prática estabelecida no por intelectuais marxistas inserido nesses contextos.

Para abordar essa problemática, trabalhamos com processos que chamamos de “nacionalização do marxismo” na América Latina (Cf. TAPIA, 2002; RICUPERO, 2000), buscando compreender justamente os nexos existentes entre pensamento e política, nos termos propostos por Bianchi (2012, p.9) em intelectuais que empreenderam tentativas de analisar suas realidades nacionais através do marxismo, assim desenvolvendo e transformando essa matriz teórica. Nossa pergunta de partida, inserida no contexto dessa dupla problemática, poderia ser formulada da seguinte maneira: como se estabelece a unidade entre teoria e prática em intelectuais marxistas latino-americanos que buscaram dar continuidade a processos de nacionalização do marxismo? O presente artigo trata especificamente do caso de Fernando Henrique Cardoso no período que vai desde o início de sua produção teórica até 1973, ano em que passa a intervir de forma cada vez mais explícita no cenário político nacional.

A preocupação que moveu suas pesquisas ao longo de seus primeiros anos de carreira acadêmica, foram relacionadas às peculiaridades históricas e às condições para o processo de industrialização e desenvolvimento no Brasil e posteriormente na América Latina. E que, para ele, “o problema de compreender o desenvolvimento do processo de industrialização numa área dependente ou colonial liga-se diretamente, pois, ao de analisar-se as condições de formação do sistema capitalista nestas áreas” (CARDOSO, 1960b, p.33). Mesmo com mudanças de enfoque metodológico ao longo dos seus primeiros anos e com mudanças de objeto de pesquisa, a preocupação que o moveu até pelo menos o final dos anos 1960 foi essa, das condições de formação do sistema capitalista e de seu desenvolvimento. Depois, o contexto histórico político desloca essas preocupações para a participação social e a democracia, mas o fio condutor se mantém.

De certa forma, há um caminho percorrido pelo autor a partir desse fio condutor até 1973: as primeiras preocupações relacionam-se à mentalidade da burguesia recém-formada que protagonizou a industrialização do país na até a década de 1950, e às condições sobretudo internas para o país adequar-se a esse processo de industrialização e potencializá-lo, numa perspectiva ainda bastante influenciada pelo nacionalismo. Depois, especialmente a partir da pesquisa de doutorado sobre a questão do negro e durante a pesquisa para a livre docência entre 1961 e 1962, a problemática se desloca para as peculiaridades da burguesia nacional relacionadas à sua origem, ainda dialogando com a questão das mentalidades mas ampliando o espectro para as relações, alianças, e das dificuldades dessa burguesia para dirigir qualquer processo transformador de caráter nacionalista no país, o que fica claro em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* (1964). A partir daí, e de sua saída do Brasil por conta do golpe militar, as pesquisas efetuadas no Chile vão mostrando que as características das burguesias nacionais na América Latina e sua impossibilidade de dirigir mudanças nacionalistas não se relacionam apenas com sua origem (algo que poderia ser transformado com o tempo), mas sobretudo com as condições estruturais de desenvolvimento do capitalismo internacional. É aí que entra a discussão sobre a dependência e o desenvolvimento associado. No contexto dos regimes autoritários e com sua volta ao Brasil, FHC passa a voltar as atenções para a discussão do regime político, argumentando que o autoritarismo e o desenvolvimento eram compatíveis, mas que era se o modelo de desenvolvimento era condicionado estruturalmente e muito difícil de ser transformado, o regime político não. A discussão dessa questão, num contexto de luta contra o autoritarismo no país, marca o início dos anos 1970 para FHC, e é no bojo dessa discussão que se dá sua entrada mais direta para a vida pública e também seu paulatino afastamento do marxismo.

O artigo está organizado com uma síntese do debate teórico que fundamenta a pesquisa, seguida da descrição da trajetória intelectual de FHC, tratando de argumentar como sua obra até esse momento pode ser considerada um processo bem-sucedido e sui generis de nacionalização do marxismo; na discussão sobre teoria e prática propriamente dita, mapearemos o que identificamos como sendo uma tensão que marca o pensamento de Cardoso no período analisado, entre uma posição mais “científica” e uma mais filosófico-política; por fim, mostraremos a partir da análise de suas primeiras intervenções na vida pública como essa tensão começa a ser resolvida no autor com uma prática que priorizava a luta pela transformação do regime político em detrimento de transformações mais estruturais na sociedade.

Palavras-Chave: Teoria/Prática; FHC; Marxismo.

Introdução

Pensar o marxismo nos termos da relação estabelecida entre teoria e prática é necessário para compreender a capacidade dessa vertente teórica de dar conta dos desafios a que se propõe. Quando tratamos de sociedades de matriz histórica diferente da europeia na qual o marxismo foi forjado, coloca-se um problema anterior: é possível sequer conceber “marxismo”, se compreendido como uma teoria interpretativa e transformadora da realidade, em sociedades completamente diferentes daquela para e na qual ele foi forjado originalmente? A pesquisa da qual este artigo é parte dialoga diretamente com essa dupla problemática acerca das condições de existência e das necessidades de adaptação ou ‘tradução’ do marxismo para contextos diferentes, mais especificamente a América Latina, por um lado, e a relação entre teoria e prática estabelecida no por intelectuais marxistas inserido nesses contextos.

Para abordar essa problemática, trabalhamos com processos que chamamos de “nacionalização do marxismo” na América Latina (Cf. TAPIA, 2002; RICUPERO, 2000), buscando compreender justamente os nexos existentes entre pensamento e política, nos termos propostos por Bianchi (2012, p.9) em intelectuais que empreenderam tentativas de analisar suas realidades nacionais através do marxismo, assim desenvolvendo e transformando essa matriz teórica. Este artigo trata especificamente do caso de Fernando Henrique Cardoso no período que vai desde o início de sua produção teórica até 1973, ano em que passa a intervir de forma cada vez mais explícita no cenário político nacional¹.

O artigo está organizado com uma síntese do debate teórico que fundamenta a pesquisa, seguida da descrição da trajetória intelectual de FHC, a partir das problemáticas que o conduziram entre o final dos anos 50 e 1973, tratando de argumentar como sua obra até esse momento pode ser considerada um processo bem-sucedido e de certa forma *sui generis* de nacionalização do marxismo, que leva à reflexão sobre a internacionalização dos mercados; depois, na transição para a discussão sobre teoria e prática propriamente dita, mapearemos o que identificamos como sendo uma tensão que marca o pensamento de Cardoso no período analisado, entre uma posição mais “científica” e uma mais filosófico-política; por fim, mostraremos a partir da análise de suas primeiras intervenções na vida pública como essa tensão começa a ser resolvida no autor em uma prática que priorizava a luta pela transformação do regime político em detrimento de transformações mais estruturais na sociedade.

¹ O artigo que aqui apresentamos é um resumo dos argumentos contidos no texto apresentado para a qualificação de doutorado do autor. Aquele texto tem cerca de 100 páginas e, por limitações de espaço, alguns argumentos terão de ser simplificados nesta exposição.

1. A relação teoria e prática e a nacionalização do marxismo: elementos para um referencial teórico

Por ser uma questão que preocupou toda concepção do mundo e toda filosofia, segundo Gramsci afirmava nos Cadernos do Cárcere (caderno 11), “deve-se pesquisar, analisar e criticar as diversas formas nas quais se apresentou na história das ideias, o conceito de unidade entre teoria e prática” (GRAMSCI, 2001, p.199). As críticas de Lukács (1974) e Gramsci (1999; 2001) ao famoso manual de Bukharin são o mote para as reflexões sobre o papel e o significado da ortodoxia no marxismo, levadas à cabo por Alvaro Bianchi (2013). O autor brasileiro argumenta que tais críticas ajudam a evidenciar algumas fraturas importantes estabelecidas no interior do pensamento marxista: a fratura entre filosofia, história e política; entre materialismo histórico e materialismo dialético; entre estrutura e superestrutura; e, por fim, entre teoria e prática (id.ibid., pp.123-124). Sobre a fratura entre teoria e prática, que ora nos interessa, afirma o autor, a partir de Gramsci, que

(...) implica na afirmação do predomínio de um termo sobre outro. Tem-se, então, ou o teoricismo, a afirmação de um reduto para o livre arbítrio que não só retira à teoria sua possibilidade de afirmar-se como força material, como é, de fato, uma sujeição à realidade presente; ou o praticismo, expressão de uma fase econômico-corporativa onde a possibilidade de passagem da estrutura às superestruturas complexas é afastada, ou seja, onde a condição de subalternidade política e intelectual é aceita (BIANCHI, 2013, p.124).

O problema da relação entre teoria e prática permeia tanto a questão mais geral da relação da produção do conhecimento científico com a dinâmica da luta de classes na sociedade, quanto a relação entre consciência e concepção de mundo e agir prático de cada um dos homens e mulheres que atuam nela. Para dar conta do desafio de estudar intelectuais da perspectiva da relação entre teoria e prática, é importante enfrentar outra das fraturas apresentadas por Bianchi no interior do marxismo: aquela entre filosofia, história e política (BIANCHI, 2013, p.123). Uma das necessidades prementes para um estudo de história do pensamento político é construir uma forma de analisar o objeto que evite os riscos de autonomizar as ideias com relação à dinâmica mais geral da sociedade, seja ela política ou econômica, ou pinçar os intelectuais e isolá-los de seus contextos.

Neste sentido, a história dos intelectuais, seja qual for a problemática que guie o historiador, pode ser construída sem dar conta da ‘história em geral’ e da ‘história da luta de classes em particular’. Da mesma maneira que seria um equívoco fazer história sem considerar o contexto político e a história da luta de classes, fazer filosofia (ou qualquer tipo de ciência social) sem dar conta da história torna-se um exercício vão.

Destacada da teoria da história e da política, a filosofia não pode deixar de ser metafísica, ao passo que a grande conquista da história do pensamento moderno, representada pela filosofia da práxis, é precisamente a historicização concreta da filosofia e sua identificação com a história (GRAMSCI, 2001, p.144).

A noção de identidade entre história, filosofia e política proposta por Gramsci, “permite ir além das obras de um ou de vários autores destacados e encontrar o nexo que aproxima pensamento e política, ou seja, investigar em que medida um autor ou uma obra são parte dos conflitos políticos em um dado contexto histórico” (BIANCHI, 2012, p.9). Entretanto, poder-se-ia afirmar que ainda que haja uma relação intrínseca entre história e filosofia, e que seja necessário ao sujeito político conhecê-la, a ação política propriamente dita não deveria preocupar-se demasiado com essa relação, na medida em que se orienta a objetivos práticos e muitas vezes imediatos. As palavras de Gramsci sobre Maquiavel, em sua discussão contra o que chamava de “excessivo realismo político”, servem de exemplo para a construção da problemática acerca da história do pensamento político e dos intelectuais, principalmente considerando a questão da unidade entre teoria e prática:

Mas Maquiavel não é um mero cientista; ele é um homem de partido, de paixões poderosas, um político em ato, que pretende criar novas relações de força e, por isso, não pode deixar de se ocupar com o “dever ser”, não entendido evidentemente em sentido moralista. A questão, portanto, não deve ser posta nestes termos, é mais complexa: ou seja, trata-se de ver se o “dever ser” é um ato arbitrário ou necessário, é vontade concreta ou veleidade, desejo, miragem. O político em ato é um criador, um suscitador, mas não cria a partir do nada nem se move na vazia agitação de seus desejos e sonhos. Toma como base a realidade efetiva: mas o que é esta realidade efetiva? Será algo estático e imóvel, ou, ao contrário, uma relação de forças em contínuo movimento e mudança de equilíbrio? Aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la e superá-la (ou contribuir para isso). Portanto, o “dever ser” é algo concreto, ou melhor, somente ele é interpretação realista e historicista da realidade, somente ele é história em ato e filosofia em ato, somente ele é política. (GRAMSCI, 2000, p.35)

A ação política coerente pressupõe a teoria, e neste sentido o homem de Estado precisa de uma filosofia, o político precisa da ciência. Enquanto o mero cientista se contenta com o “ser” – a realidade efetiva vista de forma limitada – o homem de Estado parte do “ser” percebido científica e historicamente para buscar o “dever ser” construído filosoficamente, e por isso movimenta a ciência ao mesmo tempo em que se movimenta politicamente, num processo de construção de unidade entre teoria e prática. Somente o “dever ser” que conecta filosofia, história e política é a interpretação realista e historicista da realidade, porque localiza o presente num contexto mais amplo, que é história, momento, e conjunto de possibilidades. É no encontro entre pensamento – entendido aqui como a filosofia, o “dever ser” ou como história, o “ser” – projeto – compreendido como a política – e o contexto histórico, que está inserido objetivo principal da pesquisa da qual este trabalho é parte.

A hipótese geral que orienta nossas reflexões pesquisa relaciona as condições para uma unidade entre teoria e prática com o momento em que se encontra a disputa de hegemonias na sociedade. Gramsci afirmava no caderno 15, que

La identificación de teoría y práctica es un acto crítico, por el que la práctica se demuestra racional y necesaria o la teoría realista y racional. He ahí porque el problema de la

identidad de teoría y práctica se plantea *especialmente en ciertos momentos históricos llamados de transición, o sea de más rápido movimiento transformativo*, cuando realmente las fuerzas prácticas desencadenadas exigen ser justificadas para ser más eficientes y expansivas, o se multiplican los programas teóricos que exigen ser también ellos justificados realistamente en cuanto que demuestren ser asimilables por los movimientos prácticos que sólo así se vuelven más prácticos y reales (GRAMSCI, 1973, p.198). (grifo nosso).

Aqui, fica muito claro que do ponto de vista do marxista sardo, o problema da identidade entre teoria e prática é um devir histórico precisamente no sentido de que está diretamente vinculado ao momento histórico, à luta de classes, e se coloca especialmente em momentos de transição, de mais rápido movimento transformativo.

Se ao buscar desconstruir as fraturas entre teoria e prática, entre história, filosofia e política consideramos que passado e presente não estão desconectados, podemos entender, como faz Joseph Femia, que toda história é história contemporânea, no sentido de que é sempre guiada por interesses contemporâneos (FEMIA, 1981, p.115). Assim, compreendemos que de uma forma ou de outra as ideias do passado são atualizadas, transformadas, traduzidas para os contextos contemporâneos. Dessa mesma maneira, o marxismo, como uma vertente de pensamento forjada na Europa do século XIX e para pensar a realidade do capitalismo naquele momento, teve de ser adaptado, traduzido, “nacionalizado” para analisar as realidades latino-americanas dos séculos XX e XXI de forma não mecanicista.

Como mote para a discussão sobre a nacionalização do marxismo², utilizamos os trabalhos de Luis Tapia e de Bernardo Ricupero. Tapia (2002), em sua tese de doutorado acerca da obra de René Zavaleta Mercado, intitulada *La producción del conocimiento local*, argumenta que o trabalho desse autor é o mais importante exemplo de nacionalização do marxismo na Bolívia. Ricupero (2000), por outro lado, trabalha com a noção de nacionalização do marxismo para caracterizar a produção teórica de Caio Prado Jr. no Brasil em *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*.

Para Tapia, dentre as maiores contribuições em toda a história do marxismo estão aquelas que desenvolveram reflexões a partir de suas realidades concretas, através de adaptações do marxismo ao contexto local, como as obras de Lênin, Mariátegui e Gramsci (TAPIA, 2002, p.330). Ricupero trabalha indiscutivelmente o mesmo fenômeno que Tapia, citando inclusive os mesmos exemplos.

Gramsci, que aqui serve como referencial teórico, mas também como exemplo de nacionalização do marxismo, pensando a Itália do início do século XX, tinha como preocupação fundamental entender as condições para a transformação social em situações

² Parte da discussão aqui apresentada está em SANTAELLA GONÇALVES, Rodrigo & BRITO, Leonardo Octavio. “Ainda sobre a nacionalização do marxismo”, no prelo.

de capitalismo atrasado, nas quais a unificação estatal foi tardia ou incompleta (PORTANTIERO, 1993, p.47). Quando discute sobre a construção hipotética do moderno *Príncipe*, no bojo de suas preocupações sobre a necessidade da construção de uma vontade nacional-popular, e portanto da fusão entre intelectuais e povo, Gramsci deixa claro como se pode contribuir com a compreensão relacionada à construção de uma vontade nacional-popular:

Uma das primeiras partes deveria precisamente ser dedicada à “vontade coletiva”, apresentando a questão do seguinte modo: quando é possível dizer que existem as condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular? Em seguida, uma análise histórica (econômica) da estrutura social do país em questão e uma representação “dramática” das tentativas feitas através dos séculos para criar esta vontade e as razões dos sucessivos fracassos (GRAMSCI, 2000, p.17).

É neste debate, que permeia a linha tênue entre a questão nacional do ponto de vista socialista e o nacionalismo populista, que boa parte dos intelectuais citados até aqui se colocaram.

Do ponto de vista de Ricupero, a nacionalização do marxismo consiste na tradução do modo de abordagem dessa teoria às condições de uma experiência histórico-social específica, que proporciona capacidade de reflexão original sobre ela (RICUPERO, 2000, p.29). “A universalidade do marxismo consistiria precisamente na sua capacidade de se converter em uma força viva nas mais variadas sociedades, o que faria que, de verdade teórica abstrata, passasse a ser uma universalidade concreta” (RICUPERO, 2000, p.30). A definição não só se complementa com a ideia de que a nacionalização torna possível a utilização do marxismo para entender a realidade específica analisada, mas também demonstra a capacidade do marxismo em abranger a análise das realidades mais diversas (id.ibid., p.31).

Tapia define a nacionalização do marxismo na mesma linha, mas aprofunda a reflexão acerca do modo a partir do qual ela é construída. Para ele, esse processo se refere a um movimento de interiorização da teoria, no qual o marxismo se transforma em uma concepção de mundo interiorizada e se converte na forma de pensar cotidianamente o conjunto de relações e experiências vividas pelo sujeito, o conjunto de relações da sociedade na qual ele está inserido e, mais ainda, os objetos de pesquisa estudados por ele (TAPIA, 2002, p.327).

Não se tratariam, portanto, de “desvios” com relação a um modelo determinado, mas sim do desenvolvimento e transformação do próprio modelo, tendo como referência o seu núcleo central, que no caso do marxismo é a forma de analisar a realidade, não as categorias históricas e as conclusões de Marx acerca da realidade europeia. A problemática trabalhada aqui acerca de Fernando Henrique Cardoso pode ser localizada na mesma chave de interpretação trazida por Tapia em seu trabalho sobre Zavaleta e por Ricupero em seu trabalho

sobre Caio Prado Jr. Nas palavras de Ricupero,

Nosso problema, conseqüentemente, é avaliar se certos latino-americanos, apesar dos pesares, foram capazes de criar um marxismo, que, ao mesmo tempo que não subordinou a realidade às fórmulas da teoria, tampouco fez a operação inversa, subordinando a teoria à realidade. Estes homens teriam, assim, se lançado à aventura de fundir teoria com realidade, produzindo verdadeiramente um marxismo latino-americano e não apenas um marxismo localizado na América Latina (RICUPERO, 2000, p.64).

2. Apontamentos sobre Nacionalização do marxismo e relação entre teoria e prática em FHC até 1973

A preocupação mais geral, que moveu as pesquisas de FHC ao longo de seus primeiros anos de carreira acadêmica, foram relacionadas às peculiaridades históricas e às condições para o processo de industrialização e desenvolvimento no Brasil e posteriormente na América Latina³. E que, para ele, “o problema de compreender o desenvolvimento do processo de industrialização numa área dependente ou colonial liga-se diretamente, pois, ao de analisar-se as condições de formação do sistema capitalista nestas áreas” (CARDOSO, 1960b, p.33). Mesmo com mudanças de enfoque metodológico ao longo dos seus primeiros anos, especialmente entre o mestrado e a conclusão do doutorado, e com mudanças de objeto de pesquisa – ora investigando a inserção do negro, ora os industriais, ora as classes populares, ora o proletariado – a preocupação que o moveu até pelo menos o final dos anos 1960 foi essa, das condições de formação do sistema capitalista e de seu desenvolvimento. Depois, como veremos, o contexto histórico político desloca essas preocupações – também em grande parte da intelectualidade latino-americana – para a participação social e a democracia, mas o fio condutor anterior se mantém.

De certa forma, há um caminho percorrido pelo autor a partir desse fio condutor até 1973, período que abordaremos neste texto, e que podemos traçar introdutoriamente em linhas muito gerais. As primeiras preocupações relacionam-se à mentalidade da burguesia recém-formada – proveniente do regime senhorial – que protagonizou a industrialização do país na até a década de 1950, e às condições sobretudo internas para o país adequar-se a esse processo de industrialização e potencializá-lo – considerando inclusive o monopólio tecnológico dos países centrais como entraves ao desenvolvimento – numa perspectiva ainda bastante influenciada pelo nacionalismo. Depois, especialmente a partir da pesquisa de doutorado sobre a questão do negro e durante a pesquisa para a livre docência entre 1961 e 1962, a problemática se desloca para as peculiaridades da burguesia nacional relacionadas

³ Para localizar as preocupações teóricas de FHC em seu início de carreira intelectual e que marcariam toda sua trajetória e compreender melhor os seus impactos, seriam importantes algumas reflexões sobre várias dimensões do contexto no qual estava inserido: a escola de Sociologia da USP, sua família e o debate nacional no campo da esquerda nacionalista. Por questões de espaço, não nos deteremos nestes aspectos.

à sua origem, ainda dialogando com a questão das mentalidades mas ampliando o espectro para as relações, alianças, e das dificuldades dessa burguesia para dirigir qualquer processo transformador de caráter nacionalista no país, o que fica claro em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* (1964). A partir daí, e de sua saída do Brasil por conta do golpe militar, as pesquisas efetuadas no Chile vão mostrando que as características das burguesias nacionais na América Latina e sua impossibilidade de dirigir mudanças nacionalistas não se relacionam apenas com sua origem (algo que poderia ser transformado com o tempo), mas sobretudo com as condições estruturais de desenvolvimento do capitalismo internacional.

É aí que entra a discussão sobre a dependência e o desenvolvimento associado, retratada em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* (1969) e *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes* (1971). Depois de muito discutir a dependência e o desenvolvimento associado, no contexto dos regimes autoritários e com sua volta ao Brasil, FHC passa a voltar as atenções para a discussão do regime político, argumentando que o autoritarismo e o desenvolvimento eram compatíveis, mas que era se o modelo de desenvolvimento era condicionado estruturalmente e muito difícil de ser transformado, o regime político não. A discussão dessa questão, num contexto de luta contra o autoritarismo no país, marca o início dos anos 1970 para FHC, e é no bojo dessa discussão que se dá sua entrada mais direta para a vida pública.

a) Da nacionalização do marxismo às determinações estruturais da globalização: o caminho até a dependência

Os primeiros trabalhos de FHC marcam a preocupação de explicar a industrialização de São Paulo e sua contribuição visava complexificar as teses que atribuíam a industrialização simplesmente à acumulação de capital proporcionada pelo café associada à conjuntura excepcional das guerras mundiais, como se os determinantes externos predominassem diante dos internos. Para isso, o principal enfoque do autor neste momento eram as características dos grupos que impulsionaram a industrialização, sobretudo a “mentalidade” e o “espírito” (Cf. CARDOSO, 1958; 1960a). Uma nova mentalidade que havia sido forjada pelas características da região de São Paulo e dos produtores de café teria sido condição importante para a industrialização, também impulsionada por fatores externos.

No contexto das preocupações de Florestan Fernandes e do projeto da UNESCO, mas dialogando com a mesma problemática, surgem pelo menos desde 1955, as pesquisas sobre a integração do negro na sociedade de classes. A pesquisa que teve como resultado *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional* foi importante por vários aspectos: primeiro, firmou a dialética como um método plausível e de certa forma consolidou alguns dos acúmulos do Seminário do Capital; depois mostrou como a sociedade escravocrata foi uma tentativa

para “intensificar a produção visando a realização de lucros no mercado”, já que a única forma “historicamente possível de alcançar esse objetivo estava na intensificação da escravidão” (id.ibid.,p.348), ou seja, tratava-se de um regime “escravocrata-capitalista” e não feudal, como queria grande parte da esquerda, sobretudo os teóricos do PCB. Aqui FHC se aproximava das discussões de Caio Prado Jr. e fortalecia a discussão contra os teóricos do ‘feudalismo’ ou do pré-capitalismo.

A partir daí, FHC começa sua pesquisa mais sistemática sobre o empresariado brasileiro, que marcaria de forma decisiva sua trajetória intelectual. Como vimos, a “mentalidade” dos empresários e sua adequação às condições que o desenvolvimento industrial capitalista impunha a eles no Brasil sempre foram preocupações de FHC. Mais do que isso, ainda influenciado pelas teses majoritárias na esquerda brasileira, FHC acreditava que a hipótese de que a burguesia nacional era uma aliada importante na luta contra o imperialismo consequentemente pelo estímulo do crescimento e desenvolvimento do Brasil. Durante dita pesquisa, as reflexões de FHC com relação à industrialização no país começam a refinar-se e a tornarem-se mais complexas. O autor começa a atentar-se mais para as particularidades da burguesia nacional recém-formada relacionadas a sua origem e de algumas características particulares do processo de desenvolvimento econômico do Brasil e dos países subdesenvolvidos. Em dois textos de 1961 ele já apresenta resultados parciais interessantes (CARDOSO, 1961a; 1961b).

Mas é na apresentação dos resultados da pesquisa, em *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, que fica sistematizado o acúmulo teórico de FHC até o momento. No prefácio que escreve à segunda edição do livro, em 1971, FHC afirma:

Convém ressaltar que ao iniciar as entrevistas com os empresários parti da convicção, corrente na época, da possibilidade de levar adiante o desenvolvimento econômico, promover as “reformas de base” e alcançar formas de participação política mais amplas e de distribuição social mais equitativa por intermédio da política nacional-populista. A reconstituição histórico-estrutural da formação da sociedade industrial e a análise do comportamento e das atitudes dos empresários mostraram-me, no decorrer da investigação, os equívocos da ideologia predominante à esquerda e a inconsistência prática das políticas propostas. Este livro foi um esforço para ressaltar, quando ainda existiam opções nacional-populistas vigorosas, as dificuldades e mesmo impossibilidades de conseguir a transformação da sociedade brasileira, com as aspirações indicadas acima, com base na referida aliança entre empresários nacionais, Estado e massas populares. (CARDOSO, 1972c, pp.14-15).

Não é à toa, portanto, que Roberto Schwarz interpreta o livro como estando a um passo da intervenção política. De fato, pelas polêmicas que levanta e pelas consequências políticas das análises apresentadas, o livro tinha um potencial muito diferente de *Capitalismo e Escravidão*. O livro anterior trazia uma análise inovadora sobre um tema importante para a história nacional, e podia representar rupturas metodológicas importantes no meio acadêmico da USP especialmente com relação a Florestan Fernandes, mas seu impacto político, para além das discussões sobre a pertinência da utilização da categoria ‘feudalismo’ para analisar

o Brasil – não podia ser muito grande. Com *Empresário Industrial* a história era outra. FHC estava entrando diretamente em um dos pontos fulcrais da estratégia política encampada por amplos setores da esquerda, desde o PCB aos nacionalistas do ISEB, como ele afirma claramente no livro (id.1972a, p.87).

Cardoso constrói um quadro em que a própria falta de consciência da burguesia industrial de sua situação lhe garante algumas vantagens, na medida em que se vê subjetivamente como povo, e exige do Estado as suas demandas, mas ao mesmo tempo pode influir decisivamente nas decisões por ser parte da composição da aliança de poder e fundamental na estrutura econômica do país (id.ibid.,p. 179). Aos poucos, o autor vai desconstruindo a ideia de uma burguesia capaz de levar a frente por sua própria conta um projeto de desenvolvimento no país:

À crescente expansão do mercado e, conseqüentemente, ao aumento de poderio econômico da burguesia industrial, não tem seguido, pelo menos no mesmo ritmo, a desagregação da antiga ordem político-social pré-industrial. A burguesia industrial se acomoda em larga medida à dominação tradicional. (CARDOSO, 1972a, p.181).

A situação em que se encontrava a burguesia a teria tornado temerosa e incapaz de “romper os vínculos com a situação de interesses tradicionalmente constituídos, isto é, com os grupos estrangeiros, com os grandes proprietários e com os comerciantes e banqueiros, a eles ligados” (id.ibid.,p.191). Neste sentido, a mensagem principal da análise de FHC fica muito clara: a burguesia simplesmente não tem condições de dirigir qualquer processo de desenvolvimento de caráter popular e sequer nacionalista. Resumindo o argumento, para se consolidar como classe hegemônica precisaria contrariar os interesses dos grupos tradicionais, mas para isso precisaria aliar-se com as classes populares, o que não fazia por medo de perder tudo em uma transformação radical. É neste contexto que FHC termina o livro afirmando que a burguesia já optou pelo “partido da ordem”, e que resta saber o que farão as massas urbanas e os grupos populares, deixando no ar a pergunta entre as alternativas, “subcapitalismo ou socialismo?”

Quando FHC afirma que a burguesia se tornara “temerosa e incapaz” de conduzir o processo de outra forma que não associando-se aos interesses tradicionais ou ao capital estrangeiro, fica colocado um novo aspecto da problemática geral, que será abordado pelo autor nos anos posteriores: a impossibilidade da burguesia nacional conduzir os processos se relaciona com as características provenientes de sua origem de classe, e é daí que vem seu temor, mas também com a nova situação estrutural que vai se formando no capitalismo internacional naquele momento, e é daí que vem sua incapacidade. Este último aspecto, embora abordado superficialmente no *Empresário Industrial*, será bastante mais desenvolvido nos próximos trabalhos de FHC.

Pouco antes do golpe de 1964, FHC publica na revista *América Latina*, do Centro Latino Americano de Pesquisa em Ciências Sociais, um texto intitulado *Projeto de estudo: Empresários industriais e desenvolvimento econômico na América Latina* que, apesar de curto e pouco conhecido, nos parece muito importante para compreender a continuidade entre os trabalhos anteriores e os que viriam a forjar a discussão sobre a dependência. Ali o autor afirmava:

Ainda dentro dos problemas fundamentais a serem analisados em conexão com a formação da burguesia industrial e o desenvolvimento, tentaremos delimitar as possibilidades que efetivamente existem, em termos políticos e econômicos, para que se complete o processo de industrialização sob a égide das burguesias nacionais em países subdesenvolvidos da América Latina. A pressão constante das populações fora da economia urbano-industrial e as relações de dependência econômica e política dos países latino-americanos para com os países capitalistas desenvolvidos serão os marcos dentro dos quais as burguesias nacionais terão de definir políticas capazes de permitir a industrialização sob seu controle. Tentaremos, portanto, verificar objetivamente as condições e as possibilidades deste cometimento, e quais as alternativas que se abrem diante dele. (CARDOSO, 1964, p.103).

Estão colocados neste projeto os principais pontos de partida para a obra mais importante da trajetória acadêmico-política de FHC. As formulações de FHC passaram por um processo interessante de construção e evolução nos anos seguintes, com alguns trabalhos publicados que iam demonstrando o desenvolvimento de suas teses sobre a dependência (Cf. CARDOSO, 1965a; 1965b; 1966a). As teses que se tornariam clássicas em *Dependência e Desenvolvimento na América Latina* começariam com a constatação já desenvolvida desde Furtado de que o desenvolvimento dos países latino-americanos não poderia repetir os mesmos passos ou esquemas daqueles seguidos pelos países desenvolvidos em seu processo de industrialização originário, porque ao inserir-se no mercado mundial os países periféricos já apresentam uma relação de subordinação com os países centrais, uma forma de inserção subordinada e com papéis limitados no mercado mundial (CARDOSO & FALLETO, 2010, p.43, p.48).

Cardoso e Faletto especificam os diferentes processos de cada um dos países vinculados às duas situações gerais de inserção no mercado existentes – a de “enclave” e a de “expansão para fora”. No caso brasileiro, o setor empresarial hegemônico não teve força para neutralizar os interesses das classes dominantes tradicionais, e menos ainda para unificar os setores populares – muito mais amplos que o setor operário, com massas urbanas não operárias e com amplas massas rurais não incorporadas, o que diferenciaria por exemplo do caso argentino – como massa assalariada (id.ibid., p.135). Neste sentido, a forma de vinculação das massas urbanas mobilizadas pela industrialização ao sistema de poder é o *populismo*, com uma forma de participação bastante limitada via sindicatos oficiais e que não incorporava as massas rurais e grande parte das massas urbanas não industriais, e ao mesmo tempo configura-se numa “situação de poder” na qual os setores tradicionais também

compõem a aliança: a industrialização no Brasil tem impulso quando o setor mais dinâmico agroexportador perde o aparato de Estado a partir de 30, e será justamente ele o único setor excluído da aliança populista posterior, além da massa rural (id.ibid., p.137).

Assim, no caso brasileiro o setor agroexportador potencialmente mais moderno fica de fora da situação de poder em um primeiro momento, e vai sendo incorporado, em sua 'segunda geração', posteriormente. Na medida em que isso vai acontecendo, as críticas à ineficácia do Estado e ao populismo como modelo de desenvolvimento vão aumentando, até que quando a necessidade de optar por um modelo estatista ou o de "grande empresa" se impõe, a resistência do regime populista se torna insustentável (id.ibid, p.139). Quando a industrialização substitutiva de importações estava de vento em popa era possível compatibilizar a necessidade de acumulação de capital pelo menos com interesses das massas urbanas incorporadas parcialmente, mas quando a pressão aumenta e a situação econômica muda, em meio à crise de legitimidade da situação de poder, o populismo tenta ampliar-se em direção ao campo e a aliança populista se desfaz. Alcançavam-se, "assim, nesta etapa, os limites de populismo como forma de mobilização das massas e como possibilidade de propiciar o desenvolvimento" (CARDOSO & FALLETO, 2010, p.140).

Em um texto de 1967, FHC expressa diretamente o que ficaria claro também em *Dependência e Desenvolvimento*: era necessária uma correção dos supostos concretos de interpretação sobre os limites do empresariado brasileiro. Ao invés de buscar a explicação nas marcas de origem do empresariado, vinculadas aos setores agrários e tradicionais, esta deveria ser encontrada "na estrutura histórica que ilumina a peculiaridade das formas de comportamento empresário" (CARDOSO, 1968, p.75), ou seja, no novo modelo de dependência que começava a ser imposto: os interesses da burguesia urbano-industrial se inter-relacionam com os da burguesia agrária, mercantil e financeira, além do capital estrangeiro, e isso não se trata de um vício de origem ou de uma falsa consciência.

A análise construída em *Política e Desenvolvimento em Sociedades Dependentes*, publicado em 1971, mas escrito entre 1967 e 1968, coaduna com essas reflexões. Se é certo que os empresariados brasileiro e argentino não têm "vocação política hegemônica", isso não significa que não tenham uma ideologia apropriada a seus interesses, mas sim uma política de interesses compartilhados, t pica das situa es de dependência estrutural (CARDOSO, 1971, p.197). Uma das formula es mais importantes de FHC durante esse período está expressa na conclusão do mesmo livro:

A acomodac o da burguesia industrial   forma' particular de dependência que ela vive não implica "incapacidade histórica" para vislumbrar seus verdadeiros objetivos, mas sim o reconhecimento prático da impossibilidade histórica de uma política hegemônica. A falta de um projeto de domina o só se revela como carência em compara o com uma suposta necessidade de existência de tal projeto. Ora, a análise da situa o de

dependência mostrou que, ao contrário, na estrutura da situação não está inscrito qualquer projeto político necessário de hegemonia nacional a ser cumprido pela burguesia industrial (CARDOSO, 1971, p.203).

A incapacidade histórica da burguesia não era para compreender seus próprios interesses, mas sim para alterar o curso do desenvolvimento internacional, o que fazia com que tivesse que adequar-se a ele. Fica claro que FHC caminhou, de suas primeiras publicações relevantes até este momento, por uma trilha que buscou a compreensão das particularidades do desenvolvimento brasileiro, chegando aos demais países latino-americanos e formulando uma tese que baseia a particularidade de nossa realidade em um determinado momento da história justamente na totalidade concreta na qual ela está inserida, o contexto internacional, as relações econômicas e políticas aí construídas e as articulações internas que a elas dão forma. Nossas principais peculiaridades se devem a uma forma específica de inserção na totalidade, que por sua vez condiciona a forma como nos transformamos dinamicamente.

Retomando muito rapidamente o debate que fizemos sobre nacionalização do marxismo na seção anterior, relembremos que construímos, a partir de Ricupero (2000) a ideia de que a universalidade do marxismo consiste justamente na capacidade de se converter em força viva nas mais variadas sociedades, passando de uma verdade teórica abstrata a uma universalidade concreta, o que demonstra a capacidade do marxismo de abranger as mais diversas realidades. Com Tapia (2002), vimos uma definição de nacionalização do marxismo no mesmo sentido, mas aprofundando a relação subjetiva do pesquisador marxista, que interiorizaria o marxismo como concepção de mundo tornando-o capaz de analisar as mais diversas realidades sem submetê-las a mecanicismos e nem tentar adequá-las a esquemas teóricos prontos.

FHC se identifica, no prefácio à segunda edição de *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*, escrito em 1977, com os que “continuaram lendo Marx buscando inspirar-se para entender a realidade contemporânea e não apenas para repetir o já sabido com um jargão de versículo de bíblia, conforme a moda” (CARDOSO, 2011, p.18), e todo o debate teórico da introdução do livro tenta fundamentar a dialética marxista como forma de conhecimento das totalidades concretas em suas particularidades. Não há dúvidas, por outra parte, de que em toda sua obra deste período há uma preocupação com as particularidades, e com a discussão teórico-metodológica que desse conta delas, sem reduzir a realidade a esquematismos. A preocupação provém do diagnóstico de que o cientista social latino-americano sempre convive com o “risco de utilizar quadros de referência ‘científicos’, isto é, sancionados pela comunidade acadêmica, mas que não encontram apoio nas situações de vida que ele experimenta e nas estruturas que deseja explicar” (CARDOSO, 1969, p.10).

Assim, se a adesão de FHC ao marxismo como método de análise da realidade é indiscutível ao longo deste período de sua produção teórica (Cf. LIMA, 2015), não há dúvidas tampouco que sua intenção não era repetir os erros das correntes que reproduziam as fórmulas dos manuais difundidos desde a União Soviética. Toda a ideia da leitura de Marx no original no *Seminário* visava o contrário disso. Entretanto, para além da intenção expressa do autor, é importante da perspectiva que adotamos analisar sua produção teórica à luz das discussões que fizemos no início do trabalho. As considerações de Gramsci sobre a contribuição do moderno *Príncipe* para a construção de uma compreensão sobre a vontade nacional-popular podem ser um referencial para estabelecer a relação da produção teórica de FHC com o que aqui chamamos de nacionalização do marxismo. Gramsci afirmava que uma das primeiras partes do estudo deveria ser dedicada à vontade coletiva, “apresentando a questão do seguinte modo: quando é possível dizer que existem as condições para que se possa criar e se desenvolver uma vontade coletiva nacional-popular?” E “em seguida, uma análise histórica (econômica) da estrutura social do país em questão e uma representação “dramática” das tentativas feitas através dos séculos para criar esta vontade e as razões dos sucessivos fracassos” (GRAMSCI, 2000, p.17).

De acordo com o que debatemos até aqui, a primeira parte da segunda pergunta de Gramsci é praticamente uma obsessão para Fernando Henrique. Toda sua discussão, desde a preocupação com a industrialização em São Paulo, depois com a relação da escravidão com o desenvolvimento do capitalismo no Rio Grande do Sul, as discussões sobre o empresariado brasileiro e sua capacidade de dirigir processos e sobre os condicionantes histórico-estruturais que limitam e condicionam sua ação, está relacionada à busca de interpretar histórica, econômica, sociológica e politicamente a estrutura do Brasil e de outros países da América Latina. A partir dessa que sem dúvida é sua maior preocupação, FHC chega em diversos momentos de forma explícita, e em muitos outros de forma indireta, ao debate das condições para que se possa criar e desenvolver uma vontade nacional popular e busca explicar a partir de sua análise estrutural as razões para os fracassos até aqui e para as dificuldades futuras.

Neste sentido, podemos falar de uma nacionalização do marxismo em FHC tanto por conta de sua forma de análise da realidade, pautado pela unidade dialético-concreta, quanto pelas problemáticas que aborda. De fato, ao construir uma interpretação que ‘nacionaliza’ o marxismo, FHC parte dialeticamente do concreto da realidade nacional para terminar voltando a ele em outro patamar, considerando novas determinações e percebendo sua inserção na totalidade: é uma nacionalização do marxismo que, a partir do que há de nacional e particular, chega ao internacional e geral para depois voltar com mais clareza ao ponto inicial. A nacionalização do marxismo em FHC contribuiu para que ele percebesse, a partir da realidade

local, justamente a emergência da globalização do capitalismo como determinante estrutural que limita e forja uma nova condição nacional. Se ao que parece suas conclusões apontam muito mais para impossibilidades da construção de uma vontade nacional popular que tenha capacidade de ser hegemônica nas sociedades latino-americanas do que para perspectivas de êxito e de ruptura com esse processo de globalização, isso não significa que não seja uma análise marxista ou que o autor não busque colocar-se ao lado da tentativa da construção dessa vontade, e menos ainda que não tenham havido reflexões sobre ela em sua obra, pelo menos até esse período.

b) Entre os limites histórico-estruturais e as potências da práxis

Ainda em 1967, FHC publica um texto chamado *Los agentes sociales de cambio y conservación en America Latina (Un programa de estudios)*, no qual discute o papel das massas populares, dos empresários, dos setores tradicionais e do Estado no processo de desenvolvimento. Dois aspectos chamam a atenção nesse texto: primeiro, a preocupação com a vinculação entre desenvolvimento e autoritarismo, que desemboca na questão da viabilidade da participação política das massas, e segundo a crítica ao populismo como um arranjo que prejudica a capacidade do Estado de adequar-se ao modelo de desenvolvimento, o que contribui com a opção autoritária corroborada pelas classes dominantes. De fato, após a sua volta ao Brasil em 1968, FHC assume a cadeira de Ciência Política da USP, para em abril de 1969, alguns meses depois do decreto do Ato Institucional-5, ser aposentado de suas atividades pela ditadura militar, fundando, junto com outros intelectuais importantes, o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebap). Ao que parece, a partir desse momento suas preocupações se deslocam da análise do modelo de desenvolvimento e dos condicionantes estruturais – que acompanharão suas interpretações por toda vida, agora mais como pressupostos do que como objetos – para as questões relacionadas ao regime político, ao poder e à participação nas sociedades latino-americanas e em especial a brasileira.

Se a participação e a reflexão sobre os regimes autoritários ganham força, outra ideia polêmica com relação à esquerda da época, e que continua as reflexões sobre o modelo de desenvolvimento mas em outro patamar, também passa a povoar as reflexões de FHC: a de que havia desenvolvimento e crescimento mesmo sob o regime autoritário (CARDOSO, 1970b). Dadas as condições estruturais, o regime autoritário proporcionava um cenário possível para o desenvolvimento dependente associado, ainda que este viesse imbuído de exclusão e formando “ilhas de modernidade”. Entretanto, conforme ganhava força nos setores reacionários a ideia de que a democracia era incompatível com o crescimento, FHC também polemizava decisivamente com essas teses, demonstrando que se haviam condicionantes estruturais que praticamente determinavam o modelo de desenvolvimento, estes não

significavam que o regime político tinha que ser autoritário: era possível lutar contra o autoritarismo e manter o crescimento e o desenvolvimento, ainda que nos moldes da dependência (CARDOSO, 1972b). Para Cardoso, portanto, o maior desafio da década que começava era “como evitar que, em nome do desenvolvimento, se termine por construir em alguns dos países-chave da América Latina uma sociedade apática controlada por regimes burocratizados e repressivos” (id.ibid. , p.30).

Parece ser buscando construir uma resposta a essa pergunta para a situação brasileira que escreve *O modelo político brasileiro*, em 1971, onde há uma interpretação sobre as razões e as principais tendências relacionadas ao golpe militar de 1964 no Brasil e alguns posicionamentos políticos importantes. Cardoso mostra que um dos fatores explicativos mais importantes para as mudanças ocorridas no Brasil – e a própria articulação em torno do golpe – era o fato de que o processo de acumulação capitalista passava a requerer a desarticulação dos instrumentos de pressão do regime populista anterior, e o golpe de 1964 trouxe isso imediatamente. Tudo isso gerou um modelo que, ainda que Celso Furtado, Hélio Jaguaribe e grande parte da esquerda brasileira argumentassem que levaria à estagnação econômica, produzia dinamismo, crescimento econômico e mobilidade social para parte das massas urbanas, mas provocava marginalização e desigualdade social (CARDOSO, 1972b, p.64).

O golpe de 64, assim, revolucionou economicamente porque adequou o sistema às novas condições de dependência associada. A partir da estabilização do regime e dos logros econômicos dos primeiros anos, passou-se a difundir a ideia de que o autoritarismo é necessário para o crescimento (id.ibid., p.79). Dessa forma, a pergunta da década ganhava seus contornos concretos diante da situação brasileira. A resposta de Cardoso era clara: “Não creio, novamente, que existe uma inevitabilidade favorável ao totalitarismo. Mas não acredito que sem uma reação vigorosa de dentro e de fora do Regime se possa evitar o fortalecimento dessa tendência”. (id.ibid.,p.82).

De toda essa interpretação e de suas conclusões, podemos inferir um pressuposto e uma consequência política das reflexões de Cardoso neste momento. Com base nas análises feitas nos anos anteriores sobre o modelo de desenvolvimento e seus determinantes estruturais, as alternativas para uma transformação do modelo seriam muito limitadas ou inexistentes nas condições em que o Brasil se encontrava. Por outro lado, o regime militar autoritário não era estruturalmente necessário para garantir esse modelo de desenvolvimento e, portanto, existiam possibilidades de transformá-lo, e daí o deslocamento de perspectiva de análise: o modelo de desenvolvimento estava explicado e percebido como dificilmente transformável, e passava a ser uma questão de adequar-se a ele, enquanto o regime político poderia ainda ser transformado para garantir mais participação e, na medida do possível,

alguma incorporação. A consequência política é a possibilidade de transformar o regime político, o que requeria costurar a oposição de dentro e de fora: esse seria o desafio daquele momento.

É no pressuposto, entretanto, que queremos apontar uma tensão no pensamento de FHC naquele momento. É verdade que suas análises apontavam para muitas dificuldades de transformação, e que ele afirmou que realmente não enxergava possibilidades de fugir desse modelo de desenvolvimento. “Forma possível”, “impossibilidade histórica”, são expressões utilizadas pelo autor para caracterizar “o novo tipo de desenvolvimento, [no qual] os mecanismos de controle da economia nacional escapam parcialmente do âmbito interno na medida em que certas normas universais do funcionamento de um sistema produtivo moderno, impostas pelo mercado universal, não permitem alternativas”. Entretanto, reiteradamente, ao longo de seus textos, pondera o contrário. Para além da conclusão de *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico*, que discutimos brevemente, em vários momentos aparece uma faceta mais “esperançosa” na práxis das classes sociais ou mais precavida com relação às conclusões estruturais provenientes de suas teses: o curso da história mantém sua autonomia criadora como “práxis de classes que se enfrentam” (CARDOSO, 1972b, p.199). Em texto escrito em 1972 e publicado no mesmo livro que os artigos discutidos anteriormente (*O modelo político brasileiro e outros ensaios*), no qual reafirma as mesmas teses centrais, Cardoso termina afirmando:

(...) a crítica da perspectiva da dependência não poderá estar baseada nos valores associados ao nacionalismo burguês. Integridade nacional, como foi dito acima, significa primariamente integração popular na Nação e a *necessidade de luta contra a forma específica de desenvolvimento promovida pelas grandes corporações*. (...) *A contestação deve estar baseada em valores e objetivos políticos que aumentem a consciência da população com respeito às desigualdades sociais e à dependência nacional* (CARDOSO, 1972b, p.203) (grifos nossos).

Esta é a última passagem do livro. Assim como termina *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico* deixando no ar a possibilidade da alternativa socialista, aqui ele termina falando da possibilidade de luta *contra* essa forma específica de desenvolvimento, e associa as possibilidades de êxito dessa luta ao aumento da consciência da população com relação às desigualdades e à dependência nacional. Ora, seria um exercício de retórica de FHC terminar os livros apontando deliberadamente para caminhos os quais não acreditava serem possíveis, ou havia de fato uma tensão em seu pensamento? A hipótese que levantamos aqui é de que durante o período de sua produção teórica analisado até aqui houve, especialmente vinculada à imprevisibilidade das conjunturas de disputa política no qual estava inserido nosso autor, uma tensão que acompanhou suas reflexões: a da busca pela determinação das condições estruturais de possibilidade da transformação, em geral bastante reduzidas, por um lado, e a concessão ao inesperado, à possibilidade de transformação proveniente de algum cenário imprevisto, ocasionado pela ação das coletividades.

Em muitos momentos no período analisado há esse movimento em Cardoso de construir a análise dos limites estruturais, e deixar a porta aberta para a transformação (Cf. CARDOSO, 1961b; 1972d). Mas é num pequeno texto sobre Cuba, chamado “*Lição ou Símbolo*”, que essa tensão se expressa de forma mais intensa. Escrevendo em 1973, Cardoso afirma que não pode haver esperança sem fatos, e que nesta medida Cuba os havia proporcionado.

Primeiro, uma lição: *a dependência pode ser quebrada*. O peso das estruturas jogava contra e não a favor. A frialidade da análise político “objetiva” teria que apostar no fracasso. E houve vitória. No calcanhar do gigante, afirma-se a liberdade de diferir. Com fatos. (...)

Lição dura a deste método. O quase martírio do Che e as anotações que ele deixou em sua última arremetida têm para a América Latina o significado supremo de mostrar o preço deste aprendizado. Não há líder – e o exemplo refere-se talvez ao mais genuíno pregador da lição cubana para a América Latina – que deixe de pagar um preço absoluto quando se dá o desencontro entre a vontade de mudar e as condições da mudança. Mesmo neste caso, de insucesso, fica, entretanto, o símbolo: *para mudar é preciso lutar* (CARDOSO, 1973, p.3;5) (grifos nossos)

A dependência pode ser quebrada mesmo que o peso das estruturas jogue contra. Quando FHC fala da frialidade da análise objetiva, sem dúvida poderia estar falando de si mesmo, de sua própria forma de analisar a realidade e a América Latina – ainda que em seu modelo de discussão das formas de dependência a formação histórico-estrutural de Cuba gerava condições para esse tipo de ação revolucionária, já que não há mediações e nem expectativas de incorporação para as massas. De qualquer forma, o mais interessante dessa passagem é notar um Fernando Henrique estimulado com os fatos que derrubam as estruturas, mas atento – com o exemplo do Che – ao preço que se paga pelo desencontro entre a vontade de mudar e as condições da mudança. Mas como pode ser possível que qualquer movimento derrube ou pressione as estruturas a ponto de transformá-las de forma inesperada se a análise objetiva mostra que a tendência é que haja o desencontro que leva à tragédia? A mediação é o símbolo, nas palavras do próprio Fernando Henrique, trazido pela revolução cubana: *para mudar, é preciso lutar*.

Gramsci afirmava que o mero cientista se contentava com o “ser”, enquanto o homem de Estado não podia deixar de ocupar-se com o “dever ser”, como vontade concreta, com base na realidade efetiva, que é uma relação de forças em contínuo movimento: “aplicar a vontade à criação de um novo equilíbrio das forças realmente existentes e atuantes, baseando-se naquela determinada força que se considera progressista, fortalecendo-a para fazê-la triunfar, significa continuar movendo-se no terreno da realidade efetiva, mas para dominá-la ou superá-la” (GRAMSCI, 2000, p.35). Fernando Henrique parecia concordar com a tese de Gramsci, e afirmava ser “preciso meditar não apenas sobre o processo político tal como ele ocorre, mas sobre como nos parece que ele deve vir a ser” (1972d, p.60).

A relação consciente que se estabelece entre teoria e prática é mediada precisamente pela dimensão do dever ser inserida num contexto concreto. A questão que se coloca de imediato é como se determina a distância, o tamanho do caminho a ser percorrido entre o “ser”, a realidade efetiva percebida e conhecida cientificamente, e o “dever ser” apontado filosoficamente nos intelectuais? Gramsci, novamente, nos oferece as pistas, quando diz que devemos buscar compreendê-los não apenas pela função que exercem, mas também pela posição que ocupam em algum dos grupos em pugna na sociedade. É a posição ocupada na estrutura da sociedade, num determinado contexto de disputa de hegemonias, que coloca as dimensões da distância entre a realidade efetiva das coisas e o tamanho da transformação a que se almeja, o que, então, orienta a ação consciente. Fernando Henrique era um homem da classe média intelectualizada, com status de professor universitário e intelectual profissional reconhecido já internacionalmente no início dos anos 1970. Era de um setor da sociedade que se não era prejudicado diretamente pela política econômica do regime, era perseguido culturalmente. Além disso, era de uma família com história na política, de um setor da classe média que tinha ligações históricas com o Estado e que proporcionava um leque de contatos e interações diferente do que o que ele teria com a projeção acadêmica que já ganhara.

Se havia uma tensão entre o “ser” como estrutura analisada, como determinantes estruturais, e o “dever ser” como possibilidades, no momento em que o pensamento de FHC passa a tornar-se mais efetivamente projeto de ação, a dimensão do “dever ser” que aparece efetivamente é a da transformação do regime. Não existia projeto alternativo, como “dever ser” ao modelo de desenvolvimento, um “ser” tão conhecido de FHC, e talvez por isso tão intocável: ele conhecia muito bem os riscos do desencontro entre a vontade de mudança e as condições. Se as possibilidades históricas se relacionavam à ousadia das massas para descumprir o seu papel no jogo tradicional de poder (CARDOSO, 1972a, p.190), FHC não fazia parte delas e nem estava organicamente vinculado a elas, para incidir sobre esse processo. Por outro lado, conhecia também as possibilidades de transformação do regime, e se para mudar era preciso lutar, foi essa a luta que ele decidiu encampar, talvez porque fosse essa a luta possível em coerência com a conjunção entre sua produção teórica, sua origem e situação de classe e o estágio em que se encontrava a disputa de hegemonias no Brasil a princípio dos anos 1970. A conjuntura política do momento era propícia para essa transformação, havia oposição dentro e aos poucos a oposição de fora passava a ter mais voz. Se as eleições de 1972 haviam sido um fracasso para o MDB, as de 1974 trariam resultados surpreendentes já num contexto de início de abertura.

É nesse contexto que o já intelectual consagrado entra para a vida pública mais efetivamente, ao começar a escrever no jornal Opinião, fundado por seu amigo de

adolescência (RODRIGUES, 2011, p.161) Fernando Gasparian, e que circularia de outubro de 1972 a abril de 1977, atingindo tiragens consideráveis e contando com diversos colaboradores. Todas as suas intervenções no jornal estão relacionadas diretamente com a questão do regime, seja criticando a falta de democracia e liberdade, criticando o marasmo da oposição consentida ou buscando desconstruir “mitos” relacionados à impossibilidade de participação, à associação do autoritarismo com o crescimento econômico, etc. As análises são sempre muito baseadas em suas discussões teóricas sobre o modelo de desenvolvimento e a dependência, mas enfatizam invariavelmente o tema do regime e da democracia.

Nessas intervenções, tendo sempre como mote elementos da conjuntura, FHC afirmava a necessidade de “proposição de soluções que, invertendo pela base os condicionamentos políticos atuais, permitam transformar a apatia e o marasmo das maiorias silenciadas em força viva numa sociedade politicamente ativa”, e “simultaneamente, é preciso definir e praticar regras no jogo político” (Opinião, 11/1972). As críticas à moderação e aos “mitos” da oposição consentida também são frequentes, e bastante relacionadas às formulações teóricas de FHC: as “oposições não perceberam as mudanças havidas” e ainda acreditam que em 1964 venceu o imperialismo que, por essência, “gera a estagnação econômica, o atraso, o predomínio dos setores latifundiário-exportadores”, quando na verdade deveriam perceber que houve mudanças – não sem contradições – e explorá-las: “o tema número 1 no calendário político da oposição é a discussão das formas de participação política, e não a fraseologia de um anti-imperialismo formal, desligado das práticas cotidianas das camadas da população que estão excluídas do jogo de poder” (Opinião, 02/1973).

Por outro lado, se as oposições errariam por estarem presas à ideia da estagnação, a propaganda oficial do regime também era também desconstruída. Era fato que havia crescimento, e que haveriam transformações, mas o curso delas nos limites dessa estrutura maior das transformações poderia ser definido nacionalmente. A relação com sua produção teórica não poderia ser mais clara. E nesse sentido, além de lutar pelo aumento da participação social, seria tarefa da oposição também potencializar os anseios de consumo das maiorias para demonstrar sua inviabilidade de realização naquele modelo, destacando-se temas como educação, moradia, emprego (Opinião, 03/1973). Era preciso perceber que, mesmo havendo desenvolvimento e crescimento, o sol ainda não nascia para todos e, portanto, a ideologia dominante da ampla possibilidade de mobilidade social deveria ser combatida: o desafio era fugir do mito da apatia das massas para compreender e potencializar o que realmente as moveria, e em que condições essa participação poderia se dar.

Como mostra um texto publicado no Opinião, de abril de 1973, A “grande transformação” não está colocada, mas é preciso perceber que nem tudo dá certo no

capitalismo, há contradições que devem ser exploradas para transformar, para incorporar. É preciso ativar a sociedade civil para lutar pelo que é pertinente e possível nesta quadra histórica, não o fim do capitalismo ou a transformação total do modelo de desenvolvimento dependente, mas a forma de Estado burocrático-tecnocrático que assegura esse *estilo* atual do desenvolvimento capitalista. Se a transformação do modelo de desenvolvimento, a grande transformação, não está na ordem do dia, a transformação do regime político e do 'estilo' que o modelo adota eram o desafio do momento. Nessas condições a participação política poderia se dar de forma efetiva, com a busca por formas de incorporação – possíveis, mas bloqueadas pelo regime político – dentro do modelo.

Pelo conteúdo das opiniões expressas, a tiragem do jornal e o momento, pouco mais de um ano antes de ele ser chamado para, via Cebrap, contribuir com a construção do programa do MDB nas eleições de 1974, acreditamos ser pertinente considerar esses artigos publicados no final de 1972 e ao longo de 1973 no jornal Opinião como a porta de entrada de FHC na militância política.

De todo esse processo de produção teórica e de paulatina entrada na vida pública – ainda incipiente – vai se forjando e ficando claro o projeto político que FHC tinha para a sociedade naquele momento. Em *A Questão da Democracia* (1973b) esse projeto está explicitado: trata-se da busca pela democratização da sociedade civil inclusive em termos culturais no sentido de construir uma lógica da aceitação do conflito, para afastar os riscos de que o regime se aproxime do totalitarismo e aos poucos democratizá-lo e da ativação das massas populares através da participação.

Também em 1973 FHC escreve outro texto desconstruindo a ideia de um “modelo brasileiro de desenvolvimento” próspero e bem-sucedido como propagandeado pelo governo militar. Toda a desconstrução é baseada na demonstração da desigualdade social, a cujo combate se soma o projeto democrático que FHC defendia: apenas com canais de pressão política que permitam a expressão dos interesses dos menos favorecidos é possível avançar na distribuição de renda, condição para que a sociedade brasileira não se torne um “simulacro de sociedade opulenta de consumo” (CARDOSO, 1973c, p.38). Assim, no âmbito social e econômico, estava incorporado no projeto defendido por FHC uma política de distribuição de renda e combate à desigualdade, que de certa forma completava o projeto democratizante que ele defendia.

É munido deste projeto democratizante, tendo compreendido – ou escolhido – os amplos setores que deveriam ser os protagonistas para encampá-lo, que FHC entra efetivamente na militância, primeiro apenas como parte da “opinião pública”, papel mais frequente entre os intelectuais, e nos anos vindouros como militante partidário, candidato e

político. Neste sentido, nossa hipótese é que foi a conjunção do momento em que se encontrava a disputa de hegemonias do país no início de sua “militância” com o projeto encampado por ele que começou a resolver-se a tensão que argumentamos existir até aquele momento em sua produção teórica. Para construir a luta contra o autoritarismo como regime político, ganham força temas mais caros à tradição liberal – como a restituição das liberdades civis e políticas – do que questões mais próximas à tradição socialista, como a luta de classes. Neste sentido, o afastamento posterior de FHC do marxismo – ainda que, como afirmamos, esse não seja um processo unívoco e sem contradições – provavelmente está também relacionado com essa conjunção de fatores ‘internos’ e ‘externos’ à sua produção teórica, vinculados justamente com a relação que se foi estabelecendo entre teoria e prática nele.

A dimensão prática da produção teórica de FHC esteve, até aquele momento, presente de forma mais relacionada ao trabalho do intelectual. Fosse como “planificador” ou como produtor de teorias, em muitos momentos fica clara a intenção sua de intervir na realidade ou de contribuir com atores políticos dispostos a intervir, mas a intervenção direta passa a se dar nesse momento. Neste sentido, à continuação desta pesquisa buscaremos mostrar, para o caso de FHC, como essa relação foi paulatinamente sendo invertida, de uma prática política que surge tímida e em continuidade explícita com sua produção teórica para uma produção teórica que aos poucos vai utilizando a prática política – cada vez mais intensa – como mote fundamental de onde partem as análises, ao mesmo tempo em que se dá um processo paulatino de afastamento e de estabelecimento de uma relação em outros marcos com o marxismo.

Conclusão: um trabalho em andamento

Apresentamos aqui alguns resultados preliminares da pesquisa que está em curso acerca da relação entre teoria e prática em processos de nacionalização do marxismo, a partir da obra e da prática política de 4 intelectuais latino-americanos. As considerações acerca da nacionalização do marxismo em FHC podem contribuir com as discussões acerca da conturbada relação entre o autor e o marxismo, além de ajudar a elucidar um pouco mais sobre o potencial de sua produção teórica da década de 1960. Por outro lado, a hipótese da existência de uma tensão em sua produção teórica às vésperas de sua entrada mais definitiva para a “vida pública”, que foi definida por fatores relacionados ao estágio em que se encontrava a disputa de hegemonias na sociedade naquele momento e à própria inserção de FHC na dinâmica de classes da sociedade, pode contribuir para trazer à tona elementos ainda pouco observados de um processo de deslocamento que parece ter sido decisivo para a trajetória posterior de Cardoso e, conseqüentemente, bastante importante para a história política e para a história da ciência política no Brasil.

Bibliografia

Textos de Fernando Henrique Cardoso (fontes)

- 1958 – O Café e a Industrialização. Suplemento comemorativo sobre o Café. In: *Jornal do Comércio*, Rio de Janeiro, 19/01/1958, pp.5-6;
- 1960a – Condições sociais da industrialização em São Paulo. In: *Revista Brasiliense*, n.28, março-abril, pp.31-46;
- 1960b – A estrutura da indústria de São Paulo (a partir de 1930). In: *Educação e Ciências Sociais*, v.7, n.13, fevereiro, pp.29-42;
- 1961a – Condições e fatores sociais da industrialização de São Paulo. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, n.11, junho, pp.148-163;
- 1961b – Proletariado no Brasil: situação e comportamento social. In: *Revista Brasiliense*, n.41, maio-junho, pp.92-122;
- 1964 – Projeto de Estudo. Empresários industriais e desenvolvimento econômico na América Latina. In: *América Latina*, Rio de Janeiro, ano 7, n.1, janeiro-março, pp.101-104;
- 1965a – Las elites empresariales en Latinoamérica. In: *Relatorio ILPES*, Santiago, novembro;
- 1965b – El proceso de desarrollo en América Latina: hipótesis para una interpretación sociológica. In: *Relatório ILPES*, Santiago, novembro;
- 1966a – Directrices para un programa de trabajo entre economistas y sociólogos. In: *Economía y administración*, v.2, n.5, pp.33-37;
- 2010 (1967) - & FALETTO, Enzo. *Dependência e desenvolvimento na América Latina. Ensaio de interpretação sociológica* (9ª Ed.). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira;
- 1968 – Hegemonia Burguesa e Independência Econômica: raízes estruturais da crise política brasileira. In: *Revista Civilização Brasileira*, v.IV, n.17, janeiro-fevereiro, pp.67-95;
- 1969 – *Mudanças Sociais na América Latina*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro;
- 1970b – Industrialización, dependencia y poder en América Latina. In: *Revista Paraguaya de Sociología*. V.7,n.19, setembro-dezembro, pp.116;
- 1971 – *Política e desenvolvimento em sociedades dependentes. Ideologias do empresariado industrial Argentino e Brasileiro*. Rio de Janeiro: Zahar Editores;
- 1993 (1972) – *O modelo político brasileiro e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil;
- 1972a – *Empresário Industrial e Desenvolvimento Econômico no Brasil* (2ª Ed.). São Paulo: Difusão Europeia do Livro;
- 1972b – Notas sobre o estado atual dos estudos sobre dependência. In: CARDOSO, Fernando Henrique. *Notas sobre Estado e Dependência*. São Paulo: Cebrap (Cadernos Cebrap 11), pp.23-47;
- 1972c – A cidade e a política. In: SINGER, Paul & CARDOSO, Fernando Henrique. *A cidade e o campo*. São Paulo: Cebrap (Cadernos Cebrap 7), pp.29-61;
- 1973a – *Lição ou Símbolo*. Mimeografado. Publicado em inglês como “Cuba: lesson or symbol?”. In: BARKIN, D. & MANITZAS, N. (eds). *Cuba, the logic of the revolution*. Andover: Warner Modular Publications, pp.267-287;
- 1973b – A questão da democracia. In: *IEPES, Textos para discussão*.

Artigos no Jornal Opinião, Rio de Janeiro.

- “O partidão do Sr. Freire”. n. 3, p. 20-27, nov. 1972.
- “Uma austera, apagada e vil tristeza”. n. 4, 27 nov. /4 dez. 1972.
- “A esfinge fantasiada”. n. 9, 1-8 jan. 1973. Política.
- “Gladiadores de marionetes”. n. 11, 15-22 jan. 1973.
- “As concessões temerárias”. n. 13, 29 jan./5 fev. 1973.
- “Os mitos da oposição I”. fev. 1973.
- “Os mitos da oposição II”. n. 22, 2-9 abr. 1973.
- “Prosperidade industrial e caos social”. n. 26, 30 abr./7 maio 1973.

Referências Bibliográficas

BIANCHI, Alvaro (2012). *Ciência Política / Ciência e Política. Ensaio sobre o pensamento político nos Estados Unidos e Itália*. Tese de Livre Docência. Campinas: UNICAMP;

_____(2013). *Arqueomarxismo. Comentários sobre o pensamento socialista*. São Paulo: Alameda

FEMIA, Joseph V. (1981). An Historicist Critique of "Revisionist" Methods for Studying the History of Ideas. In: *Theory and history*, Vol.20, n.2, pp.113-134;

GRAMSCI, Antonio (1999). *Cuadernos de la cárcel. Edición crítica del Instituto Gramsci. Tomo 5*. México: Editora Era.

_____(2000). *Cadernos do Cárcere: Volume 3 - Notas sobre o Estado e a Política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira;

_____(2001). *Cadernos do Cárcere: Volume 1 - Introdução ao Estudo da Filosofia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira;

_____(2002). *Cadernos do Cárcere: Volume 5 - O Risorgimento. Notas sobre a História da Itália*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira;

LIMA, Pedro Luiz da Silva do Rego (2015). *As desventuras do marxismo. Fernando Henrique Cardoso, antagonismo e reconciliação (1955-1968)*. Tese de doutorado. São Paulo: USP;

LUKÁCS, György (1974). Tecnologia y relaciones sociales. In: *Teoría del Materialismo Histórico. Ensayo popular de sociología marxista*. Madrid: Siglo XXI, pp.41-51;

_____(2003) *História e Consciência de Classe. Estudos sobre a dialética marxista*. São Paulo: Martins Fontes;

PORTANTIERO, Juan Carlos (1993). O nacional-popular: Gramsci em chave latino-americana. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Gramsci e a América Latina*. São Paulo: Paz e Terra, pp.47-60;

RODRIGUES, Lidiane (2011). *A produção social do marxismo universitário em São Paulo: mestres, discípulos e 'um seminário' (1958-1978)*. Tese de doutorado. São Paulo: USP;

RICUPERO, Bernardo (2000). *Caio Prado Jr. e a nacionalização do marxismo no Brasil*. São Paulo: Editora 34;

TAPIA, Luis (2002). *La producción del conocimiento local. Historia y política en la obra de René Zavaleta*. La Paz: Muela del Diablo;